



GT 012. Antropologia da Saúde e Direitos Humanos: políticas públicas e agenciamentos sociais em saúde

Sônia Weidner Maluf (PPGAS/UFSC) - Coordenador/a, Erica Quinaglia Silva (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Marcos Aurélio da Silva (Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso) - Debatedor/a, Jaqueline Teresinha Ferreira (Instituto de Estudos em Saúde Coletiva - UFRJ) - Debatedor/a, Sílvia Maria Ferreira Guimarães (DAN/UnB) - Debatedor/a

Antropologia da Saúde no Brasil, além de enfatizar questões clássicas da pesquisa etnográfica, com foco em práticas e saberes locais, tem se debruçado mais recentemente sobre as políticas públicas, o cotidiano dos serviços e das instituições, buscando compreendê-las a partir do Estado "visto de baixo", o que envolve também os saberes técnico-científicos que sustentam essas políticas. A convergência dessas diferentes perspectivas potencializa a pesquisa etnográfica, sobretudo quando feita no que podemos denominar de zona de confluência entre práticas do Estado e políticas públicas, de um lado, e sujeitos sociais, práticas e saberes locais, de outro, em um contexto em que o tema dos direitos humanos, e da saúde como direito humano que deve contemplar as especificidades sócio-econômico-culturais dos sujeitos, comunidades e populações, torna-se central. A proposta do GT pretende, a partir de diferentes perspectivas etnográficas, proporcionar um espaço de reflexão sobre a relação entre Antropologia da Saúde e Direitos Humanos, em um contexto em que de modo geral há um retrocesso nos direitos e na democracia no país, particularmente nas políticas públicas de saúde, com o corte nos orçamentos e mudanças substantivas nos princípios que sustentam o Sistema Único de Saúde e as políticas de saúde mental no país. A articulação de diferentes abordagens etnográficas visa pensar os desafios e os diálogos possíveis entre a Antropologia, Estado e Direitos Humanos no campo da saúde.

Transmasculinidades, corpo e biolegitimidade: de uma política das identidades às políticas públicas em Saúde em Mato Grosso

Autoria: Marcos Aurélio da Silva

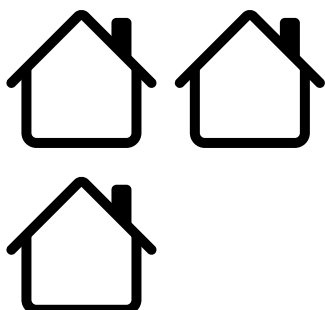
A partir de relatos de experiências e narrativas de homens trans de Cuiabá, o work busca refletir sobre as políticas de identidades e suas movimentações sociais recentes na cidade com a criação da sessão local do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades, na produção de contextos possíveis e habitáveis na produção desses sujeitos. O objetivo central é discutir esse contexto a partir do conceito de biolegitimidade (cf. Sonia Maluf e Didier Fassin) como um "dispositivo de produção de direitos, de reconhecimento e de acesso a serviços por parte do Estado" (MALUF, 2018), num momento em que o Estado de Mato Grosso está sendo cobrado pelo Ministério Público a prover os serviços ambulatoriais decorrentes do processo transexualizador do SUS ao mesmo tempo em que se assiste nacionalmente um desmonte desse sistema. A pesquisa etnográfica busca assim a reflexão sobre as políticas públicas de saúde quando estas se dirigem ao campo dos direitos humanos ou do direito à vida, compreendendo aí as identidades sexuais e de gênero, o que coloca em conflito os saberes biomédicos e as experiências de vida desses homens trans, em que a ideia patologização se constitui num limiar que tanto pode significar preconceitos e violências simbólicas, quanto a possibilidade de subjetivar e ser reconhecido pelo Estado. Ainda no campo dos conflitos entre saberes, a pesquisa também questiona em que medida o processo ambulatorial desafiará e será desafiado pelos itinerários terapêuticos dos homens trans, pois o Estado não aterrissa no vazio, ou seja, já há uma série de



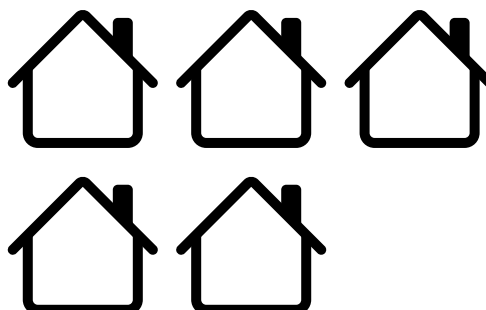
práticas de saúde e autocuidado que esses sujeitos perseguem e não podem ser ignoradas pelos gestores públicos da área da saúde, tampouco serem simplesmente proibidas por força de lei, como os processos de hormonoterapia. É possível o diálogo entre os diferentes saberes e essas diferentes experiências político-corporais? A pesquisa faz parte do projeto "Territórios marginais, políticas da vida e conflitos de saberes: itinerários terapêuticos da população LGBT da Baixada Cuiabana?", coordenado por mim, junto ao Instituto de Saúde Coletiva e ao Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais (NAPlus) da Universidade Federal de Mato Grosso. A pesquisa também está ligada à rede de pesquisa Saúde: Práticas Locais, Experiências e Políticas Públicas do INCT Brasil Plural (UFSC/UFAM/ UFMT), dentro do projeto Cuidados de si e políticas da vida: políticas públicas e experiências sociais no campo da saúde e da cidadania no Brasil, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Sônia Weidner Maluf.



Realização:



Apoio:



Organização:

